

Especulação e indexação

Era fácil prever que, ao se falar muito da desindexação, se verifica-ria uma mudança nas preferências dos aplicadores. Não foi por acaso que se divulgou, sem que houvesse fundamento para isso, que a missão do FMI estava exigindo o fim da indexação. No mercado negro o dólar voltou a bater recorde. O mercado de ações está reagindo de modo anormal. O Banco Central consegue colo-car no mercado somente títulos de curtíssimo prazo. Se não houvesse o problema da liquidez e não se refor-casse a perspectiva de mudança nas normas do Sistema Financeiro da Habitação, surgiria novo interesse pelos investimentos imobiliários. Não se pode impedir a especulação no mercado financeiro, especialmen-te quando comporta riscos. Apenas se pode procurar racionalizar as reações de alguns pequenos investido-res que certamente estão "indo na onda", sem dispor da informação ne-cessária.

Os investidores acreditam, de modo geral, que a desindexação será obra do governo Tancredo Neves, se

vencer as indiretas. Ora, na realida-de, defensores da desindexação en-contram-se dos dois lados, nessas eleições; e, pode-se dizer, são certa-mente mais numerosos do lado dos que não acompanham o ex-governador de Minas Gerais. Além disso, cumpre reconhecer que os argumen-tos em favor da desindexação são muito variados. O defensor mais in-transigente dela é justamente o pró-prio pai do esquema em que vigora, o professor Octávio Gouvêa de Bu-lhões. Certamente, poderia lembrar que não reconhece seu filho nesse esquema, mas é por uma razão muito simples que ele defende a desindexa-ção: considera que só com o conge-la-mento do atual nível dos emprésti-mos será possível derrubar a infla-ção; mas para isso, naturalmente, não se pode permitir um reajuste automáti-co de preços, que tornaria insuportável o congelamento do sal-dos dos empréstimos. A argumen-tação é outra para Mário Henrique Simon-sen, que encontra na indexa-ção um dramático poder realimenta-dor da inflação. É outra ainda para o economista Adroaldo Moura da Sil-

va, que considera que não existe mais controle monetário no atual esquema e que o Estado compromete toda sua receita com o crescimen-to automático do valor da sua dívida interna.

Do lado da oposição, existem também diversas posições. Uns, mais intransigentes, condenam um esque-ma que transformou o sistema finan-ceiro num fim e não num meio. Cu-riosa mente, na outra ponta da linha estão aqueles que, tendo responsabi-lidade na administração, como o se-cretário da Fazenda de São Paulo, João Sayad, se preocupam em man-ter a capacidade de captação de re-cursos no mercado financeiro, a fim de dispor de meios para suportar os ônus do orçamento estadual. O can-didato do PMDB à chefia do Execu-tivo referiu-se claramente ao proble-ma da desindexação, sem porém in-dicar qual a sua solução.

Seria interessante, certamente, que o debate em torno desse proble-ma fosse ampliado, para que mel-hor se analisassem as formas possíveis de desindexação, suas prováveis

conseqüências, vantagens e desvan-tagens. Não há dúvida, no entanto, de que não se poderá estabelecer preventivamente a data em que se pretenderia acabar com a indexação, admitindo que seja essa a vontade do atual ou do futuro governo. Im-portante é que se procure explicar como esse desengajamento poderia ser feito, mas sem criar especulação em torno de uma operação, que se pode voltar dramaticamente contra os que entrem no jogo de especula-dores avisados. Não se deve, com efeito, confundir desindexação com congelamento do valor dos ativos ou das remunerações.

O que alguns pretendem extin-guir é o automatismo de aumentos em função de um índice que se ba-seia em uma média de aumentos de preços no passado — média que é apenas uma construção intelectual. Enquanto subsistir a inflação, não se terá certamente estabilidade; mas talvez os reajustes possam, afinal, corresponder mais a um efetivo au-mento dos custos, e não ao aumento de uma média que existe apenas no cálculo dos computadores.